**CONSELHO MUNICIPAL DE DESEFA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDDCA – CNPJ Nº35.666.684/0001-40**

**EDITAL Nº 002/2023**

 **MACROPROJETO 2023**

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA de Ibimirim, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 887 31 de março de 2023, tornam pública a convocação dos inscritos no CMDDCA de Ibimirim jurídica domiciliada no Município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, para apresentarem projetos que pleiteiam incentivo ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibimirim, CNPJ nº 04.472.435/0001-90, para análise, julgamento e aprovação pela Comissão Deliberativa do CMDDCA, aplicando normas e exigências estabelecidas neste **Edital Microprojeto 2023** e na Resolução CD nº XX/2023, à disposição do(a)s interessado(a)s no Diário Oficial dos Municípios <https://www.diariomunicipal.com.br/>.

# OBJETIVO DO EDITAL

* 1. Este é um edital de **MACROPROJETO**, tendo como objetivos fomentar atividades de desenvolvimento social de crianças e adolescentes, estimular a criação e participação do(a) jovem de baixa renda no desenvolvimento da arte e da cultura, da promoção a saúde, ao lazer, ao bem estar, a inclusão social bem como promover a cidadania cultural e estimular as expressões locais, com garantia de regionalização através de Ações continuas e vinculativas das comunidades atendidas.
	2. Serão **comtempladas** iniciativas de Organizações sem fins lucrativos para crianças e adolescentes em de baixa renda, principalmente.
	3. Haverá regionalização na distribuição dos recursos no âmbito das macrorregiões do Município, com o mínimo de aprovação de 1 (um) projeto por Região de Desenvolvimento (RD).
		1. Os projetos deverão ser desenvolvidos na sede da referida Organização comtemplada, salvo em caso de projetos de autoformação (modalidade de aprendizagem individual que permite ao indivíduo aprender ao seu próprio ritmo, utilizando-se de recursos específicos, tais como pesquisas, participação em cursos, congressos, fóruns relacionadas às áreas desenvolvimento da criança e do adolescente, etc).
		2. As cotas não preenchidas pelas Regiões de Desenvolvimento (RDs), em virtude da ausência de projetos inscritos ou pela apresentação de projetos que não atingirem a pontuação mínima para a sua aprovação, serão redistribuídas para macroregiões de outras RDs.

# VALOR DO EDITAL

* 1. Conforme a Lei Municipal nº 887/2023, para este Edital será disponibilizado o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), este será destinado para projetos que forem propostos exclusivamente por Pessoa Jurídica ou Microempreendedor individual (MEI).
		1. Caso não haja a inscrição de projetos suficientes, ou estes não atinjam a pontuação mínima para a sua aprovação, os recursos remanescentes serão reconduzidos para segunda abertura de chamamento.

# VALOR DO PROJETO

* 1. As propostas apresentadas deverão ter orçamento total de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
		1. Projetos que apresentarem orçamento maior que o permitido será desclassificado, independente da origem/fonte dos recursos complementares.
	2. Os prêmios pagos à Jurídica ou MEI, observarão a legislação fiscal aplicável. Qualquer alteração na legislação, até o momento em que os pagamentos estiverem sendo efetuados, refletirá diretamente nos valores que serão depositados.
	3. O valor aprovado na seleção será repassado em parcelas correspondentes ao desembolso constante na ficha técnica financeira (ANEXO I) , em conta aberta exclusivamente da entidade apresentadora do Projeto.
		1. O proponente pessoa jurídica sem fins lucrativos ou MEI deverá utilizar conta corrente.
		2. Serão comtemplados 04 (quatro) projetos, os quais atendam as premissas estabelecidas neste edital e respectivos anexos.
	4. O valor do financiamento deverá ser utilizado unicamente para a execução do plano de trabalho do projeto aprovado, sempre buscando melhor custo/benefício.
	5. A comissão de análise dos projetos inscritos neste edital poderá sugerir alterações, nas rubricas do plano de trabalho, de até 10% (dez por cento) do valor total indicado pelo proponente. Em casos de erro de cálculo dos projetos, de valores manifestamente fora do mercado ou situações semelhantes, a redução poderá ser maior.

# CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

* 1. Poderá concorrer ao apoio financeiro do **Macroprojeto** proponente que seja:

# Pessoa Jurídica sem fins lucrativos:

* De natureza cultural, formativa e ou de apoio social;
* Com sede, foro e efetiva atuação na cidade de Ibimirim;
* Que apresente proposta de acordo com os requisitos deste edital;

# Microempreendedores individuais (MEI), cujas ocupações estejam vinculadas a atividades e expressões assistencialistas a criança e ao adolescente.

* Com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos;
* Que apresente proposta assistencialista que vinculem expressões voltadas à criança e ao adolescente de acordo com os requisitos deste edital;

# IMPEDIMENTOS

* 1. **NÃO** poderão inscrever projetos ou participar deste Edital:
* Pessoa Física;
* Microempreendedor Individual - MEI com vinculação de fins lucrativos.

# TIPOS DE PROJETOS

* 1. Constituem projetos de assistência e guarda da Criança e do adolescente passíveis de apoio:
1. Ações de criação, produção, fruição e difusão de expressões artísticas e culturais e sociais os quais vinculem o acesso à educação social, o assistencialismo e a vinculação de saberes dos diversos seguimentos, consagrando meios como a música; artes visuais; audiovisual; performance; teatro, dança e circo; moda, design; fotografia; hip hop; literatura; artesanato; culturas tradicionais, educação popular, patrimônio cultural material e imaterial; povos indígenas e ciganos; interlinguagens; cultura digital; comunicação; cultura urbana; gastronomia; cultura LGBTQIAPN+; processos que incluam o conceito de educação na sua dimensão antropológica, como modo de vida e consolidação de identidades (como étnicas, raciais, de gênero, geracional, entre outras);
2. Ações de vinculação do assistencialismo e reforço das políticas públicas voltados a criança e ao adolescente;
3. Processos de articulação de redes e fóruns coletivos em torno de temas do E.C.A, Formação de Redes de segurança social e vinculação de saberes;
4. Gestão de espaços sociais;
5. Ações de formação sociais com foco na criança e no adolescente, como propostas de autoformação, profissionalização para linguagens, formação para gestão e mediação educacional, entre outras;
6. Pesquisa de Rede ao assistencialismo.
	1. Os projetos poderão prever atividades no formato presencial, on-line ou híbrido.

# LIMITES DE APROVAÇÃO

* 1. Não poderá ser selecionado mais de um projeto de um mesmo proponente.
		1. Caso o mesmo proponente aprove mais de um projeto neste edital, será desclassificado aquele que obtiver a menor pontuação.
		2. Para os casos de projetos duplicados ou idênticos, será considerado o último inscrito.
	2. Os membros da equipe principal de uma organização selecionada não poderão fazer parte de outra equipe principal de outra organização também selecionada.
		1. Caso seja verificada esta situação, os projetos do MEI e/ou Pessoa Jurídica serão desclassificados, em qualquer fase da análise.
		2. Serão considerados, para a conferência destes casos, os documentos que constam nos respectivos **Cadastro de Entidade Administrativo – CEA**.

# INSCRIÇÕES DOS PROJETOS

* 1. As inscrições dos projetos deverão ser realizadas exclusivamente por meio presencial, na sede do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente localizada na Rua Santa Isabel, nº 596, Centro, CEP 56.580-000, Ibimirim, Estado de Pernambuco das 08h00 às 13h00.
		1. Limita-se a 02 (dois) o número máximo de projetos que podem ser inscritos por cada Organização/MEI. Caso o proponente apresente mais de 02 (dois) projetos, os últimos inscritos serão desconsiderados.
	2. Para realizar a inscrição de projetos neste edital, o proponente, inscrito no **Cadastro de Entidade Administrativo – CEA**, deverá ter seus documentos atualizados junto a secretaria do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA no ano de 2023.
	3. Os projetos inscritos na Secretaria do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA, por proponentes não cadastrados no CEA, serão desclassificados.
	4. É de inteira responsabilidade do(a) proponente do projeto realizar a inscrição dentro do prazo e horário estabelecidos neste edital. A Presidência do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA não se responsabilizará por qualquer fato superveniente que impossibilite o recebimento da inscrição até 13h, horário de Brasília, do último dia de inscrição.
	5. As inscrições deverão ser realizadas do dia **28 de julho de 2023 até 13h (horário de Brasília) do último dia de inscrição, 04 de agosto de 2023**, considerando o envio de todos os documentos de inscrição na versão final (não serão aceitas inscrições em rascunho), incluídos os respectivos anexos.
	6. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA encerrará o recebimento de envelopes emitindo certidão de quantitativo de envelopes recebidos o qual conste nos altos do processo.
	7. Os anexos deste edital deverão ser devidamente preenchidos, impressos, rubricados e enviados em ENVELOPE UNICO, lacrado e rubricado.
		1. Cada arquivo impresso, de texto ou imagem, vinculado ao projeto deverá ser acompanhado de formulário de inscrição devidamente preenchido, não sendo aceitos, nesses casos, modelos diversos, arquivos diversos os quais não compreendam aqueles vinculados aos modelos disponibilizados, não sendo aceito a interposição de arquivos externos salvos na nuvem, drives ou outra forma de hospedagem de dados digitais.
	8. Os arquivos de imagem e de texto a serem anexados acompanhado de descrição da respectiva ação e/ou formação.
		1. A Ficha Técnica-Financeira (ANEXO 01) deverá ser preenchida única e exclusivamente na forma off- line, no Microsoft Office Excel ou seja, o proponente deverá fazer o download do arquivo, salvando em uma pasta específica do seu computador e, posteriormente ao preenchimento do documento, **imprimir o arquivo** anexando-o junto a inscrição.
		2. O preenchimento on-line da Ficha Técnica-Financeira (ANEXO 01) implicará em erro na configuração do documento. Dessa forma, o CMDDCA não se responsabilizará pelo preenchimento errôneo ou indevido do arquivo disponibilizado.
	9. No ato da inscrição todos os projetos receberão um número de protocolo, que passará a ser, para todos os fins, o número de identificação do projeto.
	10. Para realizar a inscrição do projeto será necessário estar inscrito e ativo no **Cadastro de Entidade Administrativo – CEA**.
	11. As associações interessadas em inscreverem-se ou regularizarem-se perante o **Cadastro de Entidade Administrativo – CEA**, terão de fazê-lo, obrigatoriamente, **até 18 de agosto de 2023,** para estarem aptos a submeterem projetos neste edital.
	12. O **Cadastro de Entidade Administrativo – CEA**, bem como a apresentação da documentação exigida, deverá ser realizado presencialmente na secretaria executiva do CMDDCA, emitindo-se DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE com validade de até 31 de dezembro de 2023.

8.13.1**.** As Associaçõestambém poderão consultar a Secretaria Executiva da gestão do CMDDCA sobre a regularidade do seu cadastro, através do endereço eletrônico (e-mail)  cmddcaibi@gmail.com.

* 1. Os anexos que deverão, obrigatoriamente, ser impressos e anexados no formulário de inscrição estão listados no quadro a seguir:

|  |
| --- |
| **DOCUMENTOS QUE DEVEM SER ANEXADOS OBRIGATORIAMENTE AO ENVELOPE DE INSCRIÇÃO** |
| 1. Ficha Técnica-Financeira (ANEXO 01) devidamente preenchida.
2. Currículos (ANEXO 02) dos Oficineiros, Palestrantes, Mediadores, Ministrantes, Instrutores de Curso ou equivalente, para projetos que prevejam atividades formativas.
3. Autodeclaração de Raça-Etnia (ANEXO 03).
4. Autodeclaração de PCD (ANEXO 04).
5. Carta de Anuência / Termo de Permissão (ANEXO 05);
6. Projeto Básico (ANEXO 11);
7. CAE – Cadastro de Entidade Administrativo emitida pelo CMDDCA.
8. Cópia do Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
9. Prova da propriedade, posse legítima do imóvel ou domínio útil;
10. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais.
11. Certidão Negativa de Débitos Fiscais Estaduais.
12. Certidão Negativa de Débitos Municipais
13. Certidão de regularidade do FGTS- CRF.
14. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
15. Alvará de funcionamento Atualizado
16. Extrato bancário e/ou Declaração do Banco de comprovação de conta corrente ativa.
 |

# CALENDÁRIO

* 1. O processo de inscrição, seleção, divulgação dos selecionados, bem como as atividades citadas neste Edital obedecerão ao calendário a seguir especificado:

|  |  |
| --- | --- |
| **Fase** | **Período** |
| Publicação do edital | Até 21/07/2023 |
| Impugnação ao edital | De 25/07/2023 a 27/07/2023 |
| Julgamento da Impugnação | 28/07/2023 |
| Divulgação do Resultado da Impugnação | Até 28/07/2023 |
| Inscrição e Renovação do CEA (para todos os projetos apresentados) | Até 04/08/2023 |
| Inscrições de projetos | De 28/07/2023 a 04/08/2023 |
| Análise de Mérito | De 07/08/2023 a 08/08/2023 |
| Divulgação do Resultado Preliminar da Análise de Mérito | Até 09/08/2023 |
| Recurso ao Resultado Preliminar da Análise de Mérito | De 09/08/2023 a 11/08/2023 |
| Divulgação do Resultado do Julgamento dos Recursos | Até 15/08/2023 |
| Divulgação do Resultado Final | Até 16/08/2023 |
| Assinatura de Termo de Compromisso  | Dia 23/08/2023 |

# CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

* 1. As propostas serão analisadas tendo por base os critérios estabelecidos na Resolução da Comissão Deliberativa Nº 001/2023.
	2. A avaliação e decisão sobre a seleção dos projetos será realizada por uma empresa terceirizada, contratada pela administração do Poder Executivo, composta por especialistas, selecionados por meio de notória especialização em analise documental e ou meios estabelecidos pela administração pública municipal.
	3. O processo de avaliação e seleção será acompanhado também pela Comissão Especial de, prevista em Resolução (Resolução nº 004, de 12 de maio de 2023), e pelos demais membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, cabendo a esta última a homologação da seleção.

# RECURSO AO RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE DE MÉRITO

* 1. Após a divulgação do resultado dos projetos selecionados, os proponentes terão 03 (três) dias corridos para apresentar recurso ao resultado preliminar da análise de mérito.
	2. Os recursos serão solicitados por e-mail, de acordo com o endereço e o formulário disponibilizados pelo CMDDCA, à época da divulgação do resultado da análise de mérito.

# PARA PROJETOS APROVADOS

* 1. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA recepcionará as Organizações com as propostas vencedoras no dia 23 de agosto de 2023 para assinatura do Termo de Compromisso às 10h00min.
	2. Será estabelecido, sob risco de arquivamento, o prazo de 60 dias corridos, contados a partir da solicitação da Secretaria Executiva do CMDDCA para que as Associações/MEI com projetos aprovados cumpram as exigências formuladas pela Comissão Deliberativa e apresentem a documentação necessária, ambas completas e satisfatórias, à emissão de nota de empenho e respectiva assinatura do Termo de Compromisso.
	3. Juntamente com a documentação necessária à emissão de nota de empenho, deverão ser entregues as Cartas de anuência/Termos de permissão, devidamente assinados (assinatura original), para uso de imagem ou obra (ANEXO 05), de todos os integrantes descritos no campo de “Equipe do Projeto” do Ficha Técnica-Financeira (ANEXO 01 e 11) ou cuja imagem ou obra seja utilizada, de modo a garantir o direito autoral ou de imagem e a propriedade intelectual.

# EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS

* 1. **Execução do projeto**. O projeto deverá ser executado em até 04 (quatro) meses, não podendo ser prorrogado.
	2. **Obrigações da Organização Selecionada.** Entregar a **Prestação de Contas de Execução do Projeto** (**ANEXO 06**) a Secretaria Executiva do CMDDCA, em até 01 (um) dia útil do mês subsequente a parcela disponibilizada e em acordo com termo de compromisso.
		1. Na Prestação de Contas de execução das atividades deverão ser relacionadas às ações realizadas e o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados. Deverão, ainda, serem anexados a Prestação de Contas todos os documentos que comprovem a realização das ações como: Notas Fiscais, Recibos, Comprovantes de Pagamento, listas de presenças das atividades e etc;
		2. Deverá constar em todos os produtos finais, peças gráficas e de propagandas referentes a qualquer tipo de mídia e divulgação dos projetos culturais, a inserção das logomarcas do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA, Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDECA, observando as limitações legais impostas ao uso das logomarcas durante períodos eleitorais.
		3. A informação de que o projeto é incentivado pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMDECA deverá estar explícita em todo e qualquer canal de divulgação do projeto.
		4. As logomarcas do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA, Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDECA, deverão ser divulgadas nos locais, ações de apresentação e exibição do produto final do projeto.
		5. Todo material de divulgação dos projetos deverá ser previamente aprovado pela Presidência do CMDDCA.
		6. A solicitação de análise e aprovação da aplicação final das logomarcas deverá ser realizada através do e-mail <cmddcaibi@gmail.com >.
		7. Os projetos aprovados deverão ser disponibilizados aos integrantes do CMDDCA bem como a rede de proteção a criança e ao adolescente, por meio do site <www.ibimirim.pe.gov.br>.
		8. Caso seja identificada alguma irregularidade na execução das atividades o CMDDCA poderá solicitar, para fins de esclarecimento, a apresentação de um **relatório de execução financeira** (**ANEXO 09**) até 05 (cinco) dias da solicitação contendo cópias de comprovantes fiscais, cópias de pagamentos realizados e/ou extratos bancários.
		9. O proponente terá até 05 (cinco) dias para resolver a pendência identificada na **Prestação de Contas** e no **relatório de execução financeira**.
		10. Em caso de rejeição da **Prestação de Contas** e do **relatório de execução financeira**, o CMDDCA poderá solicitar a devolução dos recursos.
		11. Em caso de rejeição do **relatório de execução das atividades** e do **relatório de execução financeira** o proponente ficará impedido de participar dos demais editais do CMDDCA, pelo prazo de 2 (dois) anos.
	3. A Associação/MEI será formal e exclusivamente responsável pelas ações necessárias e previstas durante a execução do projeto.
	4. A Associação/MEI proponente deverá apresentar relatórios periódicos de monitoramento da execução do projeto, caso seja solicitado pela Comissão de Acompanhamento do Macroprojeto, definida pela Portaria nº 004, de 12 de maio de 2023.

# INFORMAÇÕES GERAIS

* 1. Orienta-se que todos os projetos observem o enfrentamento de estereótipos no exercício do assistencialismo a criança e ao adolescente, atentando para as dimensões de identidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, local de moradia, trabalho, deficiência, classe social e geracional.
	2. Os projetos apresentados deverão obedecer, além da legislação específica do CMDDCA, aos limites, prazos, critérios e outras definições constantes da Resolução Nº 01/2023 da Comissão Deliberativa do CMDDCA e outros instrumentos legais aplicáveis, emitidos até a data da publicação deste Edital.
	3. A Associação/MEI, após ter seu projeto aprovado, antes ou durante o processo de sua execução, e que por razão superveniente, não executá-lo, deverá, independente dos motivos que impediram sua realização, comunicar a desistência formalmente ao Pleno do CMDDCA e comprovar a restituição dos valores liberados.
		1. Em caso de impedimento externo ou outras excepcionalidades, poderá ser solicitada a alteração do proponente do projeto aprovado. Para formalização da mudança de titularidade a Associação interessada deverá apresentar requerimento formal devidamente justificado e comprovado a desistencia da Associação/MEI vencedora, a ser apreciado pela Comissão Deliberativa. Para tanto, a associação desistente deverá assinar um Termo de Cessão e Transferência de Responsabilidade, firmado junto ao CMDDCA bem como reapresentação de todas as cartas de anuência – autorização de uso de imagem com os dados da nova Associação/MEI. Para alteração de proponência, o proponente original deverá estar em situação de adimplência junto ao CMDDCA.

14.5 O formulário de inscrição, bem como as documentações exigidas neste edital, deverá ser apresentado em língua portuguesa (Brasil).

* 1. Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Comissão Deliberativa do CMDDCA.
	2. O ato da inscrição do projeto pressupõe pleno conhecimento e concordância com os termos deste Edital, da Lei Municipal nº 887/2023, a qual institui o CMDDCA, bem como das demais regulamentações a ele conexa.
	3. Qualquer ato ilícito praticado contra a administração pública deverá ser comunicado ao CMDDCA, através dos canais oficiais de comunicação.
	4. Este edital encontra-se em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Para mais informações, recomenda-se a leitura do ANEXO 08.
	5. As regulamentações e legislações relativas ao edital encontram-se disponíveis na secretaria Executiva do CMDDCA bem como no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Ibimirim - PE ([www.ibimirim.pe.gov.br](http://www.ibimirim.pe.gov.br)).
	6. Mais informações sobre este edital podem ser obtidas pelo e-mail cmddcaibi@gmail.com. Dúvidas sobre o download dos anexos podem ser sanadas presencialmente na Secretaria Executiva do CMDDCA.

Relação de anexos:

ANEXO 01 – Ficha técnica-financeira

ANEXO 02 - Currículo de oficineiro, palestrante ou mediador

ANEXO 03 - Autodeclaração Raça Etnia

ANEXO 04 - Autodeclaração de Pessoa Com Deficiência – PCD

 ANEXO 05 - Carta de Anuência/ Termo de Permissão

ANEXO 06 – Prestação de Contas de Execução do Projeto

ANEXO 07 - Relatório de Execução Financeira

ANEXO 08 - LGPD

ANEXO 09 - Resolução CD Nº 06.2022 Macroprojeto 2023-2024

ANEXO 10 - Termo de Compromisso Macroprojeto 2023 - 2024

Ibimirim-PE, 21 de julho de 2023.

# MARCELO BRUNO DOS SANTOS MENDES

Presidente do CMDDCA